



## CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 2038/1995</b>		
Ementa <b>ALTERA OS CRITÉRIOS PARA EDIFICAÇÃO DE POSTOS DE GASOLINA.</b>		
Data da Norma <b>14/12/1995</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b> 11/02/1998	<b>Norma Relacionada</b> <a href="#">Lei Ordinária nº 2284/1998</a>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b> Revogada por



# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA

LEI 2038/1995  
p. 2/2

CRIADA PELA LEI 8.199/92

LEI Nº 2.038, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995

**SOBRE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI  
MUNICIPAL Nº 2.019, DE 28 DE SETEMBRO  
DE 1995.**

(Projeto de Lei nº 152/95, de autoria do Vereador João Pereira Gonçalves).

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 2.128/95, da Câmara Municipal, promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O inciso I, do Artigo 3º da Lei 1.855, de 01 de junho de 1992, com a nova redação dada pela Lei 2.019, de 28 de setembro de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º - A edificação de Postos Revendedores de Combustíveis Automotivos (PRCA) só será autorizada, se obedecer aos seguintes requisitos básicos:

I - Distância mínima de 500 (quinhentos) metros do Posto Revendedor de: Asilos, Creches, Hospitais, Escolas, Quartéis, Sedes Próprias de Clubes Sociais, Serviços e Templos Religiosos, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Postos de Saúde, Delegacias de Polícia, Destacamento da Polícia Militar, Cadeia Pública e Cemitério Municipal".

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NICOLA LUCINIO SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Diretoria de Administração da P.M., em 14 de dezembro de 1995.

**REVOGADA**

TOTAL (X) PARCIAL ( )

PELA

Lei n.º 2.284 em 11/07/98

MARIETTE BELA CARDOSO

Chefe do Depto. de Prot. Arquivo  
Serviços Gerais

Lei n.º 1855 em 01/06/92  
Lei n.º 2019 em 20.09.97